

ASSISTENTE SOCIAL: ATUAÇÃO NO CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTENCIAL SOCIAL

SOCIAL WORKER: PERFORMANCE IN THE SOCIAL ASSISTANCE REFERENCE CENTER

Cícera Cássia de Lima Moreira¹ – Rede de Ensino Doctum
Lorena da Silva Grilli² – Rede de Ensino Doctum

RESUMO

O desenvolvimento do presente estudo visa tratar acerca do trabalho desenvolvido pelo Assistente Social nos Centros de Referência da Assistência Social - CRAS, buscando-se para tanto, analisar a importância deste profissional neste órgão, onde deve-se frisar o fato de que grande parte das demandas atendidas passam pelo atendimento deste assistente. Os indivíduos que buscam pelos serviços sociais, são pessoas em sua grande maioria usuários dos serviços de proteção social, e que ali almejam encontrar soluções para seus distintos problemas. O CRAS consiste na verdade em uma unidade pública estatal a qual se encontra em atuação de forma descentralizada das políticas de assistência social que é responsável tanto pela organização quanto oferta de serviço de proteção social ligadas ao SUAS - Sistema Único da Assistência Social, o qual atende os setores de vulnerabilidade e de risco social dentro das cidades brasileiras. Essa instituição considera as capilaridades do território brasileiro, sendo caracterizado deste modo, como sendo a principal porta de acesso ao SUAS, portanto, nada mais é do que uma unidade que tem como objetivo central tornar possível o ingresso das famílias que precisam de assistência da rede de proteção social básica. Dentro deste cenário pode se observar que a disponibilização dos serviços assistenciais, buscam contribuir para efetivação seja dos encaminhamentos quanto aparatos sociais ligados à educação, segurança, saúde, renda, geração de emprego, bem como o empoderamento das famílias atendidas pelos serviços de proteção existente dentro de sua área de atendimento.

Palavras-chave: CRAS. Assistência Social. Prática Profissional.

ABSTRACT

The development of this study aims to deal with the work carried out by Social

¹ - Bacharel em Serviço Social – *e-mail*: cicerallima@gmail.com

² - Professora EaD do Trabalho de Conclusão de Curso, Especialista em Serviço Social – *e-mail*: prof.lorena.grilli@doctum.edu.br

Workers in the Social Assistance Reference Centers - CRAS, seeking to analyze the importance of this professional in this body, where it must be highlighted the fact that a large part of Demands met are handled by this assistant. The individuals who seek social services are mostly people who use social protection services, and who aim to find solutions to their different problems there. CRAS actually consists of a public state unit which operates in a decentralized manner of social assistance policies, which is responsible for both the organization and provision of social protection services linked to SUAS - Unified Social Assistance System, which serves the vulnerability and social risk sectors within Brazilian cities. This institution considers the capillaries of the Brazilian territory, being characterized in this way as being the main access door to SUAS, therefore, it is nothing more than a unit whose central objective is to make it possible for families in need of assistance from the network to enter. basic social protection. Within this scenario, it can be observed that the availability of assistance services seeks to contribute to the implementation of both referrals and social devices linked to education, security, health, income, job generation, as well as the empowerment of families served by the existing protection services within of your service area.

Key words: CRAS. Social Assistance. Professional Practice.

1 INTRODUÇÃO

No Brasil os serviços voltados para atendimento de âmbito social surgiram a partir do ano de 1930, quando teve início o processo de urbanização bem como de industrialização. Neste período a profissão se encontrava relacionada com a articulação entre os poderes dominantes com da Igreja Católica, burguesia industrial e das oligarquias cafeeiras da época. Sendo que os serviços sociais ofertados nesse período tinham como foco controle das insatisfações populares que os trabalhadores possuíam, e assim, buscavam coibir qualquer tipo de exigência.

O serviço social teve início através de iniciativas particulares, provenientes dos diversos setores burgueses, os quais estavam respaldados fortemente pela Igreja Católica e se baseavam no referencial dos serviços sociais provenientes da Europa. Assim, este movimento não pode ser compreendido apenas como simples transposição de modelos, como uma importação de ideias, sendo que no Brasil as origens do serviço social encontram-se relacionadas com um complexo quadro histórico que caracterizava o país nesta época (MARTINELLE, 2011).

Quando um profissional da Assistência Social é chamado para desenvolver seu trabalho nas unidades dos CRAS, muitas das vezes não fica claro para os profissionais, qual deve ser o limite e o seu papel profissional em

sua atuação dentro do campo de trabalho no qual estão inseridos, seja para equipe de trabalho, ou mesmo para os cidadãos que irão fazer uso deste serviço e muitas vezes nem para o próprio profissional.

A responsabilidade dos profissionais que atuam dentro das unidades do CRAS, tendem a oportunizar condições melhores de vida para os usuários, bem com estimular as potencialidades da população assistida dentro do território de atendimento, identificando as reais necessidades o desenvolvimento do trabalho, e devem procurar instigar tais profissionais, os quais são constantemente solicitados pelos usuários que buscam por sua proteção básica, além de almejar soluções para seus problemas, na localidade em que se encontram inseridos os CRAS.

Através da aproximação com a realidade no CRAS é possível se tornar mais claro o que realmente ocorre dentro do cotidiano das pessoas mais vulneráveis, o que leva a se refletir acerca da prática profissional, mostrando a necessidade de um olhar crítico acerca da realidade profissional dos assistentes sociais que se encontram inseridos dentro desse contexto. Neste sentido o presente projeto terá como tema a Atuação do Assistente Social no Centro de Referência da Assistencial Social.

Neste sentido, surgem diversos questionamentos acerca da atuação da assistência social e de sua importância dentro dos Centros de Referências, e assim, se tem o seguinte questionamento: De que forma o Assistente social deve atuar dentro do CRAS de maneira que seja possível mudar a realidade social das famílias atendidas? E se a política social desenvolvida dentro destes centros de referência tem conseguindo alcançar seus objetivos por meio dos serviços prestados em conjunto pelos assistentes sociais e órgãos governamentais?

Na busca de se responder a tal questão foram primeiramente elaboradas três hipóteses, as quais consistem em: Hipótese 1 - Os serviços ofertados dentro dos Centros de Referências de Assistência Social – CRAS, tem conseguido ajudar famílias ou indivíduos que se encontram em situação de vulnerabilidade a mudar sua realidade de vida; Hipótese 2 - Os papéis do profissional da assistência social juntamente com auxílio dos órgãos governamentais ocorrem através das leis e projetos sociais que tem contribuído para melhora das condições dos indivíduos em situação de vulnerabilidade; Hipótese 3 - As políticas públicas bem como os serviços que são desenvolvidos dentro dos Centros de Referências de Assistência

Social, não são suficientes para que atuação profissional do Assistente Social venha a ser seja capaz de mudar verdadeiramente a realidade das pessoas que são assistidas dentro destes centros.

Para se responder a problemática deste estudo e buscar a verificação das hipóteses, o objetivo geral deste trabalho consiste em realizar uma análise acerca da atuação do assistente social no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. Para se alcançar tal objetivo se tração como objetivos específicos: Descrever a trajetória da Política de Assistência Social; Compreender o objetivo do CRAS e como atuam os profissionais destes lugares; Verificar a realidade dos Centros de referência e se o que defende a legislação está sendo posto em prática.

Desta forma, o presente projeto de pesquisa encontra-se justificado pela real necessidade de se demonstrar a grande importância do Assistente Social dentro do CRAS, para assim, poder vir a compreender o seu papel estratégico, dentro de uma instituição que nunca garantir aos cidadãos a proteção social básica, além disso este estudo se justifica pela necessidade de se identificar as políticas públicas que são ofertadas dentro deste contexto às pessoas em situação de vulnerabilidade.

A de se ressaltar que conforme Andrade e Andrade (2019), que existem responsabilidades atribuídas ao Assistente Social, outro fator que vem a justificar a execução deste trabalho, pois segundo os autores acima, é preciso se compreender a responsabilidade do Assistente Social enquanto profissional dentro do CRAS, pois este profissional busca oferecer condições para que sejam estimuladas as potencialidades da população assistida dentro de seu território de atuação, sendo sua função, identificar as necessidades para que seu trabalho seja desenvolvido, buscando instigar esse profissional muito solicitado pelos usuários da proteção básica, os quais almejam soluções para seus problemas, dentro das instituições de assistência social que se encontram instalados os CRAS.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 O Profissional da Assistência Social

O Assistente Social enquanto profissional possui um papel de extrema importância quando se fala sobre o desenvolvimento das ações realizadas pelo

CRAS. O trabalho destes profissionais encontra-se baseado dentro das atividades realizadas na instituição, sendo estas: intervenção nas famílias e comunidades por meio da utilização de metodologias próprias da área; emprego das políticas sociais, sendo fundamental que o assistente social possua um bom discernimento acerca dos objetivos propostos segundo as políticas de efetivação, considerando a realidade atual e suas atribuições e competências conforme exposto através dos artigos 04 e 05 da Lei 8.662/93 (ANDRADE, ANDRADE, 2019).

Ainda segundo Andrade e Andrade (2019), o assistente social consiste no profissional que possui como atribuição a prevenção das ditas situações de vulnerabilidade, atuando de maneira interventiva, o que pode ser realizado devido sua formação multidisciplinar envolvendo tanto as ciências sociais quanto humanas, as quais tornam possível tanto a análise quanto a intervenção dentro das diversas situações adversas, por exemplo, dentro das situações que refletem na realidade social presente dentro de certos contextos e ambientes sócias. Dentro de suas gênesis o Serviço Social teve uma forte influência proveniente da Igreja, o que acabou fazendo com que muitos indivíduos mesmo nos dias atuais vejam o papel do assistente social sendo uma forma de evolução da caridade, o que é um pensamento equivocado.

Segundo descrito por Iamamoto (2008), para que seja possível entender a metodologia aplicada pelos Serviço de Assistência Social não se pode percebê-la de forma separada do contexto social das pessoas, sendo que elas estão interligadas e se relacionam com o modo de ler, interpretar bem como na forma que se relacionam segundo a realidade social. Tal fato demonstra a grande importância e atenção que deve ser dada para o Serviço de Assistência Social, o qual necessita para sua formação profissional, para que assim, sejam capazes de atuar dentro das instituições de forma que se venha a garantir não apenas o entendimento da realidade em que se encontra inserido o indivíduo, mas que este também esteja presente dentro das mais variadas situações, e que desta maneira venha a ser possível conhecer seja as necessidades, o contexto social, a dinâmica das instituições que se relacionam com a sociedade, com a política, bem como com as articulações e relações da sociedade, para venha a ser possível que se venha a defender as áreas da assistência, educação e pesquisa, para se poder buscar a oferta que sejam concretas aos usuários.

2.2 Atuação do Assistente Social no CRAS

O “problema social” consiste em algo presente dentro do dia-a-dia de todo assistente social considerando seus ambientes de trabalho, o qual envolve dentro de sua atuação um grupo de indivíduos que fazem uso dos serviços de assistência que são oferecidos dentro das unidades dos CRAS. Sendo que cada indivíduo atendido possui características e demandas próprias, onde por exemplo, são atendidas pessoas em situações diversas, como as que se encontram na extrema pobreza, sofreu algum tipo de violência, enfraquecimento de vínculos familiares, dentre outros problemas. Dentro deste contexto de problemas sociais é função dos assistentes sociais que atuam dentro das unidades dos CRAS, desenvolver um trabalho que vise o acompanhamento destes indivíduos em situações de “vulnerabilidade”, sendo que o principal serviço ofertado é o PAIF – Proteção e Atendimento Integral à Família, bem como o programa do Bolsa Família (BRAGA, 2011).

Logo é preciso compreender que o Assistente Social se encontra configurado dentro do espaço das relações que existe entre o Estado e sociedade, e este profissional participa do processo que consiste em reproduzir os interesses do Estado buscando preservar a ordem vigente, buscando atender às necessidades de determinado grupo social (ANDRADE, ANDRADE, 2019).

Deve-se frisar que existe uma certa delimitação de até onde o profissional do Serviço Social pode atuar, ao se considerar a esfera pública dos serviços de assistência social, a qual deve possibilitar a realização de um diagnóstico atualizado, o qual busque solucionar suas demandas e oferecer melhorias nas condições de vida dos usuários dos serviços que são disponibilizados pelo CRAS àqueles indivíduos que se encontram em situações de risco de “vulnerabilidade” social (GUERRA, 2010).

Neste mesmo sentido Braga (2011) ressalta que é fundamental compreender que existe uma delimitação dentro do trabalho do assistente social, a qual indica até onde este profissional pode vir a atuar dentro da esfera pública assistencial, vindo a possibilitar a realização de um diagnóstico avançado o qual tem por objetivo buscar soluções para as demandas bem como buscar melhorias nas condições de vida de seus usuários através do CRAS, para os indivíduos que se encontram em situação

de vulnerabilidade e risco social, de maneira que se venha a repensar sobre a qualidade hegemonia legal e buscando apresentar propostas que visem às mudanças no resgate da cidadania bem como dos direitos sociais que devem ser dados para toda sociedade de maneira efetiva sendo estas assistidas por meio das políticas públicas, cujo objetivo delas consiste em permitir que todas as pessoas venham a ter uma vida digna.

Deste modo ao se repensar a qualidade hegemónica legal e ao se buscar apresentar propostas que busquem encaminhar mudanças no que diz respeito ao resgate da cidadania e direitos sociais que devem ser garantidos a todas as pessoas que são assistidas pelas políticas públicas assistenciais. Esta política tem como finalidade contribuir para que todos os indivíduos venham a ter uma vida digna. Portanto o profissional da Assistência Social configura-se segundo uma relação existente entre o Estado e a Sociedade, a qual parte de um processo de reprodução dos interesses manifestados pela classe trabalhadora, uma vez que as classes sociais existem pelo fato de se encontrarem inter-relacionadas (ANDRADE, ANDRADE, 2019).

O que acaba sendo verificado dentro deste cenário é o fato de que o trabalho desempenhado pelo Assistente Social dentro das unidades do CRAS precisa passar por um planejamento, o qual deve ser desenvolvido por toda equipe de referência, com intuito de organizar a orientação do desenvolvimento e execução dos serviços prestados, bem como das ações segundo a tipificação nacional que orienta a prestação de serviços assistenciais, os quais devem ser desenvolvidos por meio da busca ativa, dos grupos familiares, por meio do atendimento individual, através do encaminhamento, além, do desenvolvimento de estudos sociais ou mesmo de caso (BRAGA, 2011).

Para sua atuação dentro dos centros de referência, o Assistente Social deve utilizar como referência projetos éticos, políticos, teóricos e metodológicos, os quais são baseados conforme as leis e regimentos nacionais existentes.

[..] as políticas sociais não se constituem em políticas propriamente ditas: ao contrário, planos, programas e estratégias governamentais utilizados consistem em resultados que são encontrados através de inúmeras situações que são determinadas de maneira histórica, por meio da ocorrência de revoluções ou também de crises econômicas bem como por meio das reivindicações trabalhistas e sociais, [...] o que resultou no despertar do espírito do homem, onde as políticas sociais consiste em uma das formas pela qual pode-se expressar todas as relações sociais

(GUERRA, 2010, p.134).

O CRAS possui a função prestação de serviços, os quais buscam potencializar mudanças significativas e que são fundamentais para a sociedade, sendo o objetivo de alcançar certas mudanças dentro em suas condições efetivas, para assim, os tornar sujeito responsáveis por sua própria vida (BRAGA, 2011, p.148).

2.3 Os Instrumentos usados pelo Assistente Social e sua atuação no CRAS

Existem diversos instrumentos bem como técnicas que são empregadas na busca de se desenvolver todas as ações que são pertinentes dentro do cotidiano dos profissionais da Assistente Social, sendo algumas delas: planejamento e monitoramento, busca ativa, visita conciliar, prontuários, plantão social, ficha de avaliação, entrevistas, avaliação dos serviços prestados, dentre outros mecanismos utilizados dentro do CRAS (ORIENTAÇÕES TÉCNICAS DO CRAS, 2009).

O profissional do campo do serviço social dentro de sua área de atuação tende a desenvolver diversas ações, as quais consistem são instrumentais, e esta tem como exigência a forma de desenvolvimento e inserção na divisão trabalho, a qual deve ser empregada de maneira social técnica, além de se considerar a locação dentro dos locais sócio institucionais que tem ordem capitalista dos monopólios. O desenvolvimento de tais ações são tanto amparadas por uma modalidade de razão quanto são ao mesmo tempo requisitadas por ela (GUERRA, 2010, p.37).

Os profissionais do ramo social dentro das unidades do CRAS possuem como objetivo realizar o acompanhamento das famílias que são referenciadas por ele, realizando nesse sentido ações articuladas com a rede de assistência social, a qual se encontra presente dentro do território de atendimento, além de realizar todos os encaminhamentos que se fazem necessários para essa rede, é preciso também que sua atuação ocorra em conjunto com outros profissionais, vindo dessa forma a ser formada uma equipe interdisciplinar bem como multiprofissional (GUERRA, 2010).

Assim dentro das funções do CRAS, a principal consiste na oferta do PAIF - Programa de Atenção Integral das Famílias, a cerca deste programa deve-se entender que:

O PAIF consiste no principal serviço voltado para proteção social das famílias, sendo que os outros serviços que se enquadram na mesma linha de proteção precisam estar trabalhando de maneira articulada, pois, a prioridade da execução das ações do poder público são designadas através do PAIF, sendo que este ainda possui como finalidade, a busca pela

garantia dos direitos de todos a convivência familiar, além de buscar a garantia da matricialidade sócio familiar a qual é fundamental dentro do atendimento sócio assistencial prestado pelos assistentes sociais, sendo que este eixo de atendimento representa um dos pilares estruturais do SUAS (ORIENTAÇÕES TÉCNICAS DO CRAS, 2007, p.31).

O CRAS na verdade consiste em uma unidade pública, a qual tem como responsabilidade desenvolver diversos trabalhos de cunho social, sendo deste modo responsável por todos os trabalhos que são desenvolvidos no Programa de Atenção Integral as Famílias, e dentro deste cenário de atuação deve sempre disponibilizar espaços que venham tornar possível o desenvolvimento real de todas as ações necessárias e que são previstas dentro destes serviços (ORIENTAÇÕES TÉCNICAS DO CRAS, 2009).

O imóvel utilizado para funcionamento do CRAS, seja alugado, cedido ou público deve sempre possuir um espaço físico adequado, o qual venha a garantir a acessibilidade das pessoas com necessidades especiais ou mesmo idosas. Para realização adequada da escolha do imóvel que servirá de cede para o CRAS, deve ser levado em conta a possibilidade da realização de determinadas adaptações no que diz respeito a estrutura física, para que se possa vir a garantir a acessibilidade de todas as pessoas. Por fim é preciso ter ciência de que O CRAS deve, portanto, consistir em uma unidade de referência para as famílias que vivem dentro do seu espaço de atuação e que estejam em condições de vulnerabilidade (ORIENTAÇÕES TÉCNICAS DO CRAS, 2009).

É importante frisar que os espaços físicos de funcionamento do CRAS devem disponibilizar serviços previamente planejados, onde seja levado em conta todo conhecimento prévio acerca do território de atuação, bem como sobre as famílias que residem dentro deste espaço, devendo portanto, serem observadas tanto as necessidades quanto as potencialidades dos indivíduos atendidos, realizando o mapeamento de todas as situações e risco existentes dentro de seu espaço de atuação (ORIENTAÇÕES TÉCNICAS DO CRAS, 2009).

Dentro deste cenário a interdisciplinaridade consiste em um processo de trabalho único e específico, o qual tende a proporcionar o enriquecimento mútuo dos mais diferentes conhecimentos, os quais elegem uma proposta de trabalho que deve ser desenvolvida em conjunto através da escolha dos princípios bem como dos conceitos comuns. Tal processo deve atuar de maneira integrativa, organizada e dinâmica, considerando todas as ações cotidianas da equipe de atuação do CRAS, e desta maneira é possível se perceber a grande necessidade de uma coordenação, a qual esteja sempre buscando organizar todas as suas linhas de atuação, as quais são

utilizadas pelos profissionais dentro do contexto que se encontra voltado para um projeto de trabalho comum (ORIENTAÇÕES TÉCNICAS DO CRAS, 2009, p.65).

É importante frisar que os trabalhos devem ser desenvolvidos em equipe, e não podem vir a desconsiderar as suas responsabilidades individuais bem como as competências, mas devem vir a buscar, identificar os papéis, as atribuições, de forma que se busque estabelecer qual profissional dentro da equipe de trabalho interdisciplinar terá o dever de se encarregar de cada uma das tarefas que devem ser desenvolvidas (ANDRADE, ANDRADE, 2019).

Ainda segundo os autores Andrade e Andrade (2019), todos os serviços de atendimento que são prestados aos usuários nas unidades do CRAS devem sempre atender a todas as exigências do Sistema Único de Assistência Social, e desta forma os profissionais que prestam este atendimento devem sempre buscar por proporcionar melhores condições de vida para a população por meio dos serviços prestados, buscando sempre desenvolver atividades que tenham como foco a garantia da proteção básica social das pessoas e suas famílias.

2.4 A Política da Assistência Social Brasileira

Ao se falar sobre as políticas assistenciais é preciso primeiramente que se tenha o conhecimento sobre a trajetória das políticas públicas desse setor. A Constituição Federal do ano de 1988, aprovada mais precisamente em 05 de outubro de 1988, representa um grande marco histórico, e de suma importância para as políticas de assistência social, pois por meio dela que se deu início ao reconhecimento da assistência social como uma política pública e social, na qual se aborda as questões relacionadas com a seguridade social (BRASIL, 1988).

Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto de ações integradas com iniciativa proveniente dos Poderes Públicos bem como da sociedade, a qual se destina a garantir os direitos do cidadão referentes à sua saúde, previdência bem como a garantia da assistência social (BRASIL, 1988, s/p).

Dentro dos artigos 203 e 204 da Constituição Federal de 1988, é possível se verificar que tais artigos buscam tratar sobre como deve ser a organização da assistência social, bem como devem ocorrer as suas ações, sendo que todas as ações a serem desenvolvidas precisam se encontrar voltadas para custear a

seguridade social. Além disso, observa-se que a assistência social é posta sobre um tripé, o qual tem por finalidade buscar para as pessoas a garantia de seus direitos básicos à cidadania, além de buscar a ampliação de todos os serviços oferecidos dentro da cobertura dos serviços prestados através da assistência social, os quais são voltados para o atendimento daqueles indivíduos que até aquele ponto estavam desprotegidas, ou seja, em situação de risco, vulneráveis (BRASIL, 1988).

Conforme abordado por Couto (2006), essa inserção foi bastante inovadora, e teve como finalidade introduzir dentro na área da assistência social como sendo uma política social, a qual se encontra voltada para uma parcela da população que antes era excluída do atendimento dentro da ótica de seus direitos. Desta maneira, sua definição acaba impondo a necessidade de compreensão sobre o campo de atuação assistencial, como sendo uma provisão que se torna necessária para que seja possível enfrentar todos os obstáculos que tendem a surgir, que são interpostos a todo e qualquer que seja o cidadão, devendo assim ser cobrado pelo Estado.

Os problemas sociais representam uma expressão das desigualdades sociais que são construídas por meio do capitalismo. As suas inúmeras manifestações são inseparáveis das diversas relações que existem entre as classes sociais, e que tendem a estreitar este sistema, e dentro deste contexto as questões sociais acabam por se expressar dentro da resistência e dentro das diversas disputas de cunho político (IAMAMOTO, 2009, p.3).

Desta forma se criou a primeira grande regulação do campo da assistência social no Brasil, a qual ocorreu quando foi instalado o CNSS (Conselho Nacional de Serviço Social), que ocorreu no ano de 1938, sendo que este possuía como sendo função principal a de subsidiar todas as organizações que tinham como foco a prestação de amparo social, neste sentido, o CNSS possuía dentro de suas funções a realização de análises acerca das adequações das entidades sociais bem como sobre seus pedidos de subvenções e isenções (MESTRINER, 2008).

Neste sentido pode-se observar que a primeira grande instituição voltada para o campo da assistência social que foi criada no Brasil consistiu na LBA (Legião Brasileiro de Assistência), sendo que esta instituição teve sua gênese marcada pela presença das mulheres (SPOSATI, 2004, p.19).

Segundo os autores Andrade e Andrade (2019), o profissional que atua no campo assistencial deve sempre buscar desenvolver seu trabalho de maneira gradual e lenta, afim de conseguir construir a sua própria racionalidade, mesmo que

seja dentro do campo legal e jurídico, pois, todas as suas ações ainda consideram às práticas que se encontram voltadas para a caridade e cuidado com o próximo. Na busca de desenvolver estas diversas funções a LBA buscou auxílio junto às escolas especializadas no campo do Serviço Social, dentro deste contexto, ocorreu uma certa aproximação entre os interesses mútuos e o Serviço Social, pois estes necessitavam de apoio de um suporte através da prestação de um serviço técnico, o qual deveria englobar tanto a parte de pesquisa quando de serviço técnico dentro do campo social e do Serviço Social os quais estavam se firmando e necessitavam de uma legitimação enquanto profissão.

Dentro do processo que visava a expansão dos serviços prestados pelo campo da assistência social, sempre se buscou mobilizar e coordenar as instituições sociais sejam elas privadas ou mesmo públicas, onde por meio do desenvolvimento de ações próprias, se buscava suprir as defasagens existentes e que eram apresentadas pelo sistema de assistência social, [...] Dentro deste contexto, acabou-se por contribuir para que ocorresse a realização da organização, ampliação e interiorização dos serviços que eram prestados por meio da Assistência Social, o que acabou fazendo com que ocorresse a assimilação dos princípios, métodos e técnicas do Serviço Social, além de ter levado a contratação de profissionais qualificados para atuação nesta área, levando em consideração o ensino especializado que os mesmos possuíam (MESTRINER,2008, p.145)

Dentro deste cenário a assistência social passou a alcançar e a ganhar novas formas, e desta maneira passou a ser vista e discutida considerando-se os direitos dos cidadãos, fato este que acabou por forçar o Estado a ver a necessidade de romper com a lógica vista anteriormente de caridade e de benemerência, para desta forma passar a assumir suas responsabilidades reais dentro do campo social. As inúmeras mobilizações democráticas acabaram exigindo a realização de práticas inovadoras dentro da área social, levando a se dar início a uma grande discussão acerca da criação de políticas sociais públicas brasileiras que estivessem voltadas para o campo da assistência social.

Por meio da elaboração e promulgação da Constituição Federal de 1988 os direitos básicos dos cidadãos começaram a ser garantidos para todos, sendo que no Art. 203, verifica-se o estabelecimento da assistência social, o qual deverá ser prestado a quem deste vier a necessitar, independentemente da realização da contribuição para seguridade social, sendo seus objetivos:

- I – Proteger à família, maternidade, infância, adolescência e velhice;
- II – Amparar as crianças e os adolescentes carentes;

III – Promover a integração das pessoas ao mercado de trabalho;

IV – Habilitar e reabilitar os indivíduos que sejam portadores de necessidades especiais “deficiência”, promovendo sua integração dentro da vida comunitária;

V - Garantir o benefício de um salário mínimo mensal para as pessoas portadoras de deficiência bem como para a pessoa idosa que não possuía mecanismos para prover seu próprio sustento ou que sua família não seja capaz de prover seu sustento.

Percebe-se assim a ocorrência de um importante avanço, sendo possível mencionar dentro destes avanços o texto de criação da LOAS (Lei da Organização da Assistência Social), o qual busca reforçar dentro de texto reforçar os direitos convencionais da Assistência Social, vindo desta forma a confirmar os direitos existentes para a pessoa idosa, criança e pessoas que possuem necessidades especiais, sendo estes portanto beneficiários das diversas ações de assistência social que se fazem presente no Art. 20 da Lei nº 12.435/2011, a qual vem a tratar do benefício de prestação continuada (BRASIL, 2011).

2.5 PNAS - Política Nacional de Assistência Social

É importante destacar que a política brasileira de assistência social ocorre de maneira integrada com às diversas políticas setoriais, tendo como sua finalidade o enfrentamento, bem como a busca pela garantia dos direitos mínimos dentro do campo social para todo e qualquer cidadão, buscando desta forma promover verdadeiras condições que venham a garantir o atendimento para à universalização social dos direitos sociais a todos (PNAS, 2004).

O que se busca propor através desta política se encontra baseado dentro do pacto federativo, o qual traz alguns detalhes, atribuições bem como as competências referentes aos três níveis governamentais que se encontram previstos dentro das ações socioassistenciais, as quais partem das indicações bem como das deliberações ocorridas nas conferências, conselhos e comissões, bem como através da execução de uma gestão compartilhada (Comissões Inter gestores Tripartite e Bipartites (CIT e CIB)), sendo que dentro deles são desenvolvidos espaços voltados para discussão, negociação e pactuação dos diversos instrumentos a serem utilizados para desenvolvimento da gestão e da operacionalização das políticas que

serão voltadas para a Assistência Social.

Diversas questões provocam certas inquietações para este novo ganho da gestão da Assistência Social, sendo que o emprego da estratégia institucional pode tanto vir a fortalecer quanto pode também vir a fragilizar o âmbito das políticas públicas de direito. Como resposta a esta preocupação foi aprovado através do CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social, através de uma resolução, a de nº 145 de 15 de outubro de 2001, da PNAS/04, sendo sua antecessora a PNAS de 1998, a qual entrou dentro do âmbito da assistência para funcionar como uma política pública voltada para o combate da pobreza, tendo como foco neste sentido os “destinatários”. A PNAS 2004 consiste no resultado de um enorme processo que ocorreu por meio de debates descentralizados dentro das mais diversas regiões brasileiras, sendo que foco central consistiu justamente na Proteção Social não contributiva buscando por um aumento do alcance das políticas brasileiras de proteção social, as quais devem ser vistas como um direito à cidadania, e não um direito do trabalho próprio do seguro social ou como sendo uma proteção social contributiva. Como se observa inscrito dentro do texto da PNAS-04 (MDS, 2005, p.25) ela acaba se articulando com as demais políticas sociais, sendo que estas se encontram voltadas para a busca da garantia dos direitos bem como na busca por oferecer condições dignas de vida aos cidadãos brasileiros” (SPOSATI, 2012, p.9)

2.6 SUAS - Política Nacional da Assistência Social

Percebe-se que a Assistência Social se encontra organizada dentro de um sistema participativo e também descentralizado, o qual é denominado como sendo o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), o qual é estabelecido pela segunda a nova Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004).

O Estado neste sentido deve buscar assumir sua responsabilidade no que diz respeito tanto a construção quanto no que diz respeito a implantação das ações que se encontram voltadas para as políticas sociais de assistência ao cidadão, as quais possuem caráter de política pública, e tem como foco a garantia do direito do cidadão, atuando de forma descentralizada considerando o campo político administrativo, além de buscar a participação popular; com foco na centralidade das famílias, além de ser responsável por definir quais serão as funções de cunho político, os níveis de proteção social além de considerar quais os serviços deveram ser oferecidos.

Para a universalização da assistência social se faz necessário bem como fundamental que seja levado em conta a vivência cotidiana bem como as novas demandas que são colocadas pela sociedade. Para que as políticas sociais venham a se manter atualizadas, e que assim, possam vir a responder e formar profissionais propositivos e que sejam capacitados para

trabalhar dentro de uma realidade concreta (COUTO, 2008, p.18).

O SUAS tem com função operacionalizar as diretrizes da territorialização através do processo de identificação da população, levando em conta os indicadores qualitativos e quantitativos relacionados com o território de atuação bem como com as famílias que ali se encontram inseridas (BRASIL, 2005).

O núcleo familiar representa um espaço fundamental, devendo sempre ser considerado como insubstituível no que diz respeito as questões relacionadas com a proteção e socialização, e seja qual for seu formato, modelo ou quaisquer que sejam as suas feições, as quais assumem conforme as transformações que ocorrem dentro do campo econômico, social e cultural “[...] Deste modo é possível se dizer que nós encontramos diante de uma família quando é possível se perceber um conjunto de indivíduos unidos através de laços que podem ser consanguíneos, afetivos ou mesmo de solidariedade” (BRASIL, 2005, p.42).

Deste modo se tratando das intervenções voltadas para as políticas de assistência social de maneira conjunta com às famílias são hierarquizadas dentro de um contexto de proteção social tanto básica quanto especial, sendo que sua finalidade consiste em:

[...] Buscar a prevenção e surgimento de situações de risco através do desenvolvimento das potencialidades dos indivíduos bem como por meio da aquisição e do fortalecimento dos veículos tanto familiares quanto comunitários. Sendo assim, destinada para à população que vive nas ditas situações de vulnerabilidade social, as quais são provenientes da pobreza (ausência de renda, precário ou não possuem acesso a serviços públicos, dentre outros) e, ou, por meio da fragilização dos vínculos efetivos relacionais de pertencimento social (discriminação etárias, ética, gênero ou deficiência, dentre outras) (BRASIL, 2005, p.33).

2.7 Procedimentos Metodológicos

Para o desenvolvimento do estudo optou-se pelo método da revisão bibliográfica descritiva, de caráter qualitativo; com foco principal na abordagem do tema. Foram analisadas citações de autores e pesquisadores no assunto.

Foram utilizadas informações atualizadas do Ministério do Desenvolvimento Social e o Combate a Fome junto à interpretação de diversos autores de artigos originais e revisões literárias. Os critérios de inclusão foram preferencialmente textos em português, com resultados e conclusões positivas, artigos na íntegra que retratassem a temática referente à revisão integrativa e artigos publicados e

indexados nos referidos bancos de dados, em anos mais recentes possíveis.

Deste modo o presente trabalho caracteriza-se como uma pesquisa exploratória, que normalmente assume a forma de pesquisa bibliográfica ou estudo de caso, sendo que no caso específico do trabalho a ser desenvolvido sobre A atuação do Assistente Social no Centro de Referência da Assistencial Social-Cras será adotada a Pesquisa Bibliográfica.

Quanto a abordagem do problema, este estudo se baseia numa pesquisa qualitativa, pois se busca encontrar matérias bibliográficos referentes ao tema verificando assim o grau de qualidade dos materiais, sendo que para tanto serão analisados e utilizados livros, revistas, artigos e as leis atualmente em vigor a respeito do tema em questão, no intuito de se qualificar o que sera usado como referência para execução do trabalho.

Este é um estudo caracterizado como revisão literária, será realizado por meio de pesquisas em bancos de dados como: Google Acadêmico, Pedro, Scielo, dentre outros, o levantamento realizado ocorrerá nos períodos de março a junho de 2023, serão considerados os trabalhos realizados nos últimos 10 anos, sendo estes analisados e selecionados de maneira qualitativa, em alguns casos quando se tratar de autores renomados trabalhos com mais de 10 anos de publicação também serão utilizados. Para escolha dos materiais a serem analisados a pesquisa se dará por meio das palavras chave CRAS; Assistência Social; Prática Profissional.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sendo assim, pode-se perceber que por meio do desenvolvimento deste trabalho se buscou realizar uma pesquisa bibliográfica, com foco em retratar as informações necessárias para construção de uma análise acerca da atuação do Assistente Social dentro do CRAS, bem como se verificar de um modo geral as políticas públicas que se encontram inseridas no campo de atuação do Serviço Social, as quais contribuem para a maneira como os Assistentes Sociais devem atuar, bem como as mudanças provocadas em sua trabalho. Tais alterações tendem a partir da por meio da necessidade de se atender as novas demandas que surgem dentro das expressões relacionadas com as questões sociais pertinentes ao trabalho deste profissional.

Dentro deste contexto fica evidente que o profissional do campo da Assistência Social precisa ter uma formação técnica adequada, a qual seja operativa segundo as bases da teoria crítica social, a qual se encontra pautada segundo os avanços que se encontram propostos conforme a legislação brasileira que regulamenta e orienta estes profissionais, mediante os inúmeros desafios que são encontrados dentro do cotidiano destes profissionais, considerando-se neste contexto as condicionalidades que lhes são impostas através do neoliberalismo que tende a afastar os usuários dos direitos que devem lhes serem concedidos.

Neste sentido, conforme observado dentro da Constituição Federal de 1988, deve-se entender que consiste em um avanço significativo para assistência social, o que acabou passando a consistir em um dever do estado e um direito de todo cidadão. Assim verifica-se por meio do artigo 203 da C.F de 88, que se encontra assegurado que a assistência social deve ser prestada para aqueles que dela venham a precisar, independentemente de contribuição. Tal processo produziu mudanças significativamente positivas dentro do campo social, sendo que, após este momento foi possível ocorrer o desenvolvimento de diversas estratégias objetivando a consolidação da Assistência Social no Brasil, criando assim, a Política Nacional da Assistência Social bem como o Sistema Único de Assistência Social, os quais consistem em um enorme avanço para o campo social.

Portanto, mediante todos os desafios e barreiras existentes que devem ser enfrentadas se torna necessário que se tenha uma visão sistemática destes profissionais segundo critérios que levem em conta sua finalidade criativa, proativa bem como seu propósito, para que seja possível realizar a efetivação dos serviços da proteção social básica que são prestados para as famílias que são atendidas pelas unidades do CRAS em todo país.

Sendo assim fica claro que existe uma real necessidade do rompimento das barreiras do assistencialismo, sendo essência a promoção e desenvolvimento de capacitações profissionais, a realização de concursos públicos para área específica, compra de material pedagógico, informativo, disponibilização de salas específicas para atendimento das famílias que buscam estas unidades do CRAS com objetivo de buscar soluções para seus problemas.

REFERÊNCIAS

ANDRADE FILHO, Aroldo Carlos Ferreira; ANDRADE, Ailson de Menezes. **Controle Social: Ferramenta Para o Exercício da Cidadania**. Id on Line Rev.Mult. Psic., 2019, vol.13, n.44, p. 962- 977. ISSN: 1981-1179.

ARAUJO, Nailsa, Maria Souza. **Serviço Social e Sociedade**, ano 29, São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL. Lei Nº8.662, de 1993 - **Lei de Regulamentação da Profissão de Assistente Social**.

_____. Resolução Nº 145 de 2004. **Política Nacional de Assistência Social**.

_____. Lei Nº 8742, de 1993. **Lei Orgânica da Assistência Social** BARROCO, Maria Lucia Silva, TERRA, Sylvia Helena. **Código de Ética do Assistente Social Comentado/Conselho Federal de Serviço Social-CFESS** (organizado). São Paulo: Cortez, 2012.

_____. **POLÍTICA NACIONAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL-PNAS/2004**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistencia-social/arquivopolitica-nacional>>. Acesso em: 17 março de 2023.

_____. **ORIENTAÇÕES TÉCNICAS: Centro de Referência de Assistência Social -CRAS/Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome**- 1.ed. Brasília: MDS, 2009.

BARROCO, Maria Lucia Silva, TERRA, Sylvia Helena. **Código de Ética do Assistente Social Comentado/Conselho Federal de Serviço Social-CFESS** (organizado). São Paulo: Cortez, 2012.

_____. **Ética e serviço Social Fundamentos Ontológicos**. São Paulo: Cortez, 2010. 222p.

BRAGA, Léa Lúcia, Cecílio. **O trabalho de Assistência Social no CRAS**. In: **O Trabalho do Assistente Social no SUAS: Seminário Nacional/CFESS**. Brasília: 2011. 148p.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social-PNAS**. Brasília, 2004.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e o Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social-PNAS/2004 e Norma Operacional Básica-NOB/SUAS**. Brasília Distrito Federal, 2005.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Diário Oficial da União, Brasília, 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil%1f_03/Constitui%C3%A7%C3%A3o/Constitui%C3%A7%C3%A3o.%20>. Acesso em: 20 de março de 2023.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Parâmetros para atuação de assistentes sociais e psicólogos (as) na Política de Assistência Social**. Brasília: CFP/CFESS, 2011, p.19 Disponível em: <<http://www.cfess.org.br>>. Acesso em: 05 de abril 2023.

COUTO, Berenice Rojas. **O Direito Social e Assistência Social na Sociedade Brasileira: uma equação possível?** São Paulo: Cortez, 2006; 2008. FALEIROS, Vicente de Paula. **Estratégias em Serviço Social**. São Paulo: Cortez. 2008.

GUERRA, Yolanda. **A Instrumentalidade do Serviço Social**. São Paulo, Cortez, 2007; 2011.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil. Esboço de uma Interpretação Histórico-metodológico**. São Paulo: Cortez, 2009, p,380.

IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2003.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social Identidade e alienação**. São Paulo: Cortez, 2011.

MESTRINER, Maria Luiza. **O Estado entre a Filantropia e a Assistência Social**. São Paulo: Cortez, 2008.

MOTTA, Ana Elizabete. **O Feitiço da ajuda: as determinações do Serviço Social da Empresa**. São Paulo. Cortez, 1998. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Norma Operacional Básica – NOB/SUAS. Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.mds.gov.br>>. Acesso em: 15 março de 2023.

NETTO, Jose Paulo. **Ditadura e Serviço Social uma Análise do Serviço Social no Brasil pos-64**. São Paulo: Cortez, 2010, p,334

SEIXAS, Selma Sérgio Andrade. **Expressões do Projeto Ético Político Profissional do Serviço Social e as Particularidades do Trabalho em Empresas Privadas**. Serviço Social, 2007.

SILVA, Maria Ozanira Silva. **O Serviço Social e o popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura**. São Paulo: Cortez, 2009.

SPOSATI, Aldaíza. **A Assistência Social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2012; 2014.